

Aragão depõe e fica a um passo da cassação

JEFFERSON RUDY



Ronaldo Aragão: sem explicações para 1 milhão de dólares que movimentou em 91



O senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), que presidiu a Comissão Mista de Orçamento em 1991, saiu ontem de seu depoimento com lugar garantido na

lista de parlamentares cuja cassação será pedida pela CPI. "Ele é o primeiro senador a integrar a lista", afirmou o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), ao final do depoimento.

Em seu depoimento, que durou pouco mais de duas horas, Aragão não conseguiu explicar a origem dos mais de um milhão de dólares que movimentou em suas contas bancárias em 1991 — ano em que presidiu a Comissão Mista de Orçamento. Mais comprometedor foi o fato de a Fundação que leva o seu nome, em Rondônia, ter recebido 750 mil dólares em subvenções sociais. Parte do dinheiro seria usado na compra de três ambulâncias numa revendedora da qual Ronaldo Aragão era acionista. As ambulâncias ain-

da não foram entregues.

Durante a maior parte do depoimento o senador insistiu que não mantinha qualquer relação com a Fundação Ronaldo Aragão. "Um grupo de pessoas em Porto Velho deu meu nome à Fundação como homenagem", explicou ao relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE), negando qualquer responsabilidade na compra das ambulâncias na revendedora Dinasa. A versão do senador foi desmontada por documentos obtidos pela CPI. Aragão admitiu que a Fundação é comandada por sua irmã Rosane Maria Aragão Mello e seu cunhado João Mário do Carmo Mello. O presidente da entidade beneficiada com recursos do Orçamento, Willian Pimentel, também foi indicado pelo senador. O prefeito de Cacoal e sócio na Dinasa, Divino Cardoso, é um dos fundadores da entidade.

"É surpreendente", resumiu Roberto Magalhães. "Estou escandalizado", declarou o deputado Maurício Najar (PFL-SP), um dos que apostava na cassação do primeiro senador ouvido pela CPI. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) também não tem dúvidas. "Com esse negócio das ambulâncias, o senador entrou definitivamente na lista dos parlamentares que terão a cassação pedida", avaliou.

O senador chegou à CPI declarando-se surpreso com a convocação e disposto a negar qualquer envolvimento com a máfia do Orçamento. Em duas horas e meia de depoimento, Ronaldo Aragão acabou deixando sem resposta a movimentação de 1,17 milhão de dólares em suas contas bancárias no período em que presidiu a Comissão de Orçamento. "Não tenho como explicar isso hoje", esquivou-se. E também deixou sem resposta o envolvimento com a empreiteira Norberto Odebrecht, que recebeu 620 milhões de dólares no Orçamento de 1992. Aragão é um dos nomes mais citados nos documentos apreendidos na casa do diretor da empreiteira Ailton Reis, segundo apurou a CPI. Além disso, ele é parante de José Rufino de Souza, alto funcionário da Odebrecht, que mora em sua casa em Brasília.

As duas emendas incluídas no Orçamento de 1992 por Aragão também comprometem o senador. As verbas destinadas ao município de Cacoal estão cercadas de denúncias de irregularidades no processo de licitação. Sem convencer a CPI, o senador mais uma vez negou que estivesse envolvido.